

# ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO: ATUAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Thábyta Cezário Magalhães<sup>1</sup>

Alexandre Gomes Brito<sup>2</sup>

## RESUMO

O Acompanhamento Terapêutico surge como estratégia alternativa à internação psiquiátrica, possibilitando a inserção dos usuários de saúde mental nos espaços sociais. Na ótica da análise do comportamento, esse trabalho pode ser resumido como intervenção em ambiente natural do cliente, sendo possível atuar dentro da escola. Diante disso, a pesquisa buscou analisar a atuação do acompanhante terapêutico da abordagem da análise do comportamento no contexto escolar, com objetivo de identificar as práticas do acompanhante terapêutico na escola, verificar o preparo teórico do acompanhante terapêutico para atuar na escola e investigar a comunicação do acompanhante terapêutico com os professores e equipe multiprofissional. Para realização da pesquisa foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com seis psicólogos e/ou estudantes de psicologia que atuaram como acompanhante terapêutico sob a ótica da análise do comportamento na escola. A pesquisa foi de caráter qualitativo e exploratório e os dados foram analisados pela Análise de Conteúdo e interpretados sob a ótica da Análise do Comportamento. Os resultados demonstraram algumas especificidades desse trabalho, dificuldades relacionadas ao ambiente de atuação e as demandas emergentes. Além disso, os participantes descrevem suas formações, a necessidade da preparo teórico para atuar nesse contexto e críticas em relação à interação com a equipe pedagógica da escola.

**Palavras-chave:** Acompanhamento Terapêutico. Escola. Análise do Comportamento.

## ABSTRACT

The therapeutic accompaniment emerges as an alternative strategy to psychiatric hospitalization, enabling the insertion of mental health users in social spaces. From the perspective of behavior analysis, this work can be summarized as an intervention in the client's natural environment, making it possible to work within the school. Therefore, the research sought to analyze the role of the therapeutic companion in the behavior analysis approach in the school context, with the objective of identifying the practices of the therapeutic companion at school, verifying the theoretical preparation of the therapeutic companion to work at school and investigating the communication of the therapeutic companion with teachers and multidisciplinary team. To carry out the research, semi-structured interviews were applied with six psychologists and/or psychology students who acted as therapeutic companions from

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário Salesiano. E-mail: thabyta@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Segurança Pública, Especialista em Terapia Comportamental e professor do curso de Psicologia do Centro Universitário Salesiano. E-mail: abrito@souunisaes.com.br

the perspective of behavior analysis at school. The research was qualitative and exploratory and the data analyzed by Content Analysis and interpreted from the perspective of Behavior Analysis. The results showed some specificities of this work, difficulties related to the work environment and emerging demands. In addition, the participants describe their background, the need for theoretical preparation to act in this context and criticisms in relation to the interaction with the school's pedagogical team.

**Keywords:** Therapeutic Accompaniment. School. Behavior Analysis.

## 1. INTRODUÇÃO

O acompanhamento terapêutico surge com os movimentos da antipsiquiatria e da luta antimanicomial que tiveram início na década de 1950 na Europa e na década de 1960 na América Latina. Sua origem possibilitou uma estratégia alternativa à internação psiquiátrica, possibilitando ao usuário dos serviços de saúde mental, à convivência nos ambientes sociais públicos aos quais historicamente ele não tinha acesso (AYUB, 1996; CASSAS; KOVAC; MALAVAZZI, 2012; NASCIMENTO et. al., 2019).

No Brasil, o acompanhamento terapêutico não é uma profissão regulamentada ou uma especialização privativa de uma determinada área de conhecimento, por isso, não há uma definição clara e concisa do papel do acompanhante terapêutico, sendo necessário que cada área do conhecimento e/ou abordagem estabeleça essa definição (BELTRAMELLO; KIENEN, 2017).

Na perspectiva da Análise do Comportamento há discussões acerca desse conceito que resume essa atuação como intervenção em ambiente natural indicada em casos de déficits grandes no repertório do cliente, tais como dificuldade na socialização e abuso de substâncias psicoativas. Por isso, dentro dessa abordagem, o acompanhante terapêutico possui a possibilidade de atender vários casos clínicos diferentes, variando a faixas etária e demandas, com pessoas com transtornos mentais graves, pessoas com deficiência, idosos e até crianças neurodiversas (BELTRAMELLO; KIENEN, 2017; GUERRELHAS, 2006; NASCIMENTO et. al., 2019).

Se este profissional pode atuar com vários públicos e no ambiente onde as contingências naturais acontecem, uma possibilidade do trabalho do acompanhante é no ambiente escolar. A atuação do acompanhante nesse contexto é de extrema importância, pois a escola é um dos primeiros locais de socialização da criança. Além disso, sua entrada é mais viável pelas políticas de inclusão no contexto escolar (BELTRAMELLO; KIENEN, 2017; NASCIMENTO et. al., 2019).

Partindo desse ambiente de atuação do acompanhante terapêutico, o problema de pesquisa que norteou esse trabalho foi a percepção da atuação do acompanhante terapêutico da abordagem da análise do comportamento no contexto escolar. Para responder esse problema, o trabalho teve como objetivo geral analisar a atuação do acompanhante terapêutico da abordagem da análise do comportamento no contexto escolar. Para isso, três objetivos específicos foram trabalhados: (a) identificar as práticas do acompanhante terapêutico na escola; (b) verificar o preparo teórico do acompanhante terapêutico que atua na escola; e (c) investigar a comunicação do acompanhante terapêutico com os professores e equipe multiprofissional.

A construção deste trabalho se deu pela experiência de estágio em acompanhamento terapêutico de crianças no contexto escolar, compreendendo que conhecer a prática dessa atuação poderá potencializar as intervenções realizadas. Ademais, o acompanhamento terapêutico possibilita a inserção de pessoas com deficiências e/ou transtornos mentais nos espaços da vida social e, pesquisar sobre essa atuação se faz necessária visto as dificuldades ainda encontradas na promoção à educação e permanência das crianças com transtornos mentais e/ou deficiências na escola (BATISTA; FLOR; SILVEIRA, 2017; MATOS; BECKMAN, 2016).

Existe uma escassez de estudos sobre a atuação do acompanhante terapêutico a partir da perspectiva analítica-comportamental, por isso é necessário investigar as características dessa atuação e, conseqüentemente, da prática no ambiente escolar, com a finalidade de auxiliar treinamentos de acompanhantes terapêuticos que trabalham neste contexto (CARNEIRO, 2014; LONDERO; PACHECO, 2008; MARCO; CALAIS, 2012). Ademais, a produção científica sobre o tema pode trazer informações necessárias para familiares, equipe multiprofissional e educadores sobre a prática, seus limites e os benefícios de incluir um acompanhante terapêutico nos casos clínicos

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. O SURGIMENTO DO ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO**

Primeiramente, deve-se discorrer sobre a origem do acompanhante terapêutico para compreender sua definição e suas atribuições. Historicamente, o acompanhamento terapêutico tem sua origem atrelada aos movimentos da antipsiquiatria, luta antimanicomial e psicoterapia institucional que deram início na década de 1950 na Europa e Estados Unidos e na década de 1960 na América Latina (MARCO; CALAIS, 2012).

Naquele momento questionavam-se a concepção biológica da doença mental e a função das instituições asilares. Segundo Cassas, Kovac e Malavazzi (2012, p. 271), “[...] a origem do transtorno mental envolve também elementos de natureza psíquica, social e política, a mera internação do indivíduo acometido pela patologia (medida recorrente naquela época) tornava-se insuficiente”. A partir dessas discussões, surge o movimento antimanicomial que tinha como objetivo desinstitucionalizar e inserir os usuários de saúde mental na vida social (GUERRELHAS, 2006; ZAMIGNANI; WIELENSKA, 1999).

No Brasil, na década de 1960, surgem as primeiras comunidades terapêuticas. De acordo com Mauer e Resnizky, “Nessas comunidades, os pacientes com diagnóstico psiquiátrico eram atendidos em regime de internação ou de hospital dia, dentro de uma proposta de atendimento individualizado” (apud ZAMIGNANI; WIELENSKA, 1999, p. 157). Nesse contexto, os profissionais da saúde tinham a função de acompanhar o paciente nas suas atividades do dia-a-dia dentro da instituição, sendo denominados de auxiliares psiquiátricos (ZAMIGNANI; WIELENSKA, 1999).

Em meados de 1970, a continuidade das comunidades terapêuticas foi inviabilizada, mas, os auxiliares psiquiátricos receberam solicitações para atuar em serviços particulares nos domicílios dos pacientes. Nesse período, esses profissionais foram chamados de amigo qualificado, termo que foi substituído mais tarde, devido ao

caráter pouco profissional, por acompanhante terapêutico (GUERRELHAS, 2006; ZAMIGNANI; WIELENSKA, 1999).

Através das novas concepções trazidas por esses movimentos, o AT surge então como recurso alternativo à internação psiquiátrica, possibilitando a inclusão social e a circulação do usuário de saúde mental em ambientes da vida pública onde historicamente foi excluído e, conseqüentemente, institucionalizado. Além disso, a partir da construção dessa atuação, compreende-se que o acompanhante terapêutico é uma ferramenta que possui compromisso ético e político na desinstitucionalização da loucura e dos modelos terapêuticos alternativos aos asilares (AYUB, 1996; BATISTA; FLOR; SILVEIRA, 2017; NASCIMENTO et. al., 2019).

A base teórica do AT foi inicialmente psicanalítica e, de acordo com Casas, Kovac e Malavazzi “Caberia ao AT, segundo a concepção psicanalítica, tratar de um indivíduo acometido por alguma enfermidade psíquica e lhe oferecer ajuda para reconstituir-se psíquica e socialmente” (2012 p. 271). Porém, não existe uma regulamentação da prática no Brasil e, por consequência, ela não é privativa de nenhuma abordagem ou área do conhecimento. Dessa forma, cada abordagem definirá seu conceito e suas práticas (LONDERO; PACHECO, 2008).

## 2.2. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO

O analista do comportamento pode utilizar-se dos serviços do acompanhante terapêutico em suas intervenções. Mas, deve-se definir o que é a Análise do Comportamento antes conceituar esse trabalho dentro dessa perspectiva.

A ciência da Análise do Comportamento possui três áreas que se interligam, sendo elas: (a) Behaviorismo Radical, a base filosófica e teórica da ciência; (b) Análise Experimental do Comportamento, responsável pela produção empírica da ciência e; (c) Análise do Comportamento Aplicada, campo de intervenção dos analistas do comportamento (NETO; BENTES, 2012; SKINNER, 2006).

De acordo com o Behaviorismo Radical, é possível uma ciência do comportamento que busque conceitos científicos para explicar o comportamento humano (SKINNER, 2003). Como escreveram Martin e Pear (2018), comportamento é qualquer atividade de um organismo sendo estes comportamentos mais simples como piscar os olhos, sugar e tremer quando está frio ou comportamentos mais complexos como andar, vestir-se, falar, ler um livro ou escrever uma redação.

Deve-se ressaltar que nessa teoria, o comportamento não deve ser explicado com numerologia, astrologia, estruturas do indivíduo, causas neurais, internas psíquicas e interiores conceptuais. De acordo com Skinner,

O hábito de buscar dentro do organismo uma explicação do comportamento tende a obscurecer as variáveis que estão ao alcance de uma análise científica. Estas variáveis estão fora do organismo, em seu ambiente imediato e em sua história ambiental (2003, p.33).

Compreende-se que os comportamentos são selecionados a partir dos três níveis de variação e seleção: filogenético, ontogenético e cultural. Moreira e Hanna (2012) escrevem que, a filogênese ajuda-nos a compreender as diferenças entre as espécies enquanto a ontogênese e a seleção cultural explicam as diferenças comportamentais e processos psicológicos dos indivíduos.

Assim, o homem é um ser social e histórico porque é construído a partir desses três níveis de seleção. Como escreve Skinner, “Os homens agem sobre o mundo, modificando-o, e por sua vez, são modificados pelas consequências de sua ação” (SKINNER apud MOREIRA, HANNA, 2012, p. 11). Por isso, o ser humano ao mesmo tempo em que age e modifica o ambiente, ele também é modificado por ele, essa concepção confere ao ser humano domínio sobre sua vida.

Dessa forma, para Skinner, o comportamento não deve ser explicado a partir de concepções metalistas redundantes, é necessário investigar as causas ambientais, que estão dentro e fora do organismo, e que este é multideterminado pelo processo de variação e seleção nos níveis filogenético, ontogenético e cultural (MOREIRA; HANNA, 2012; SKINNER, 2006). Por isso, um profissional que trabalha sob esse olhar teórico não deve atribuir ao comportamento causas mentalistas e internas, deve-se buscar os fatores ambientais que o selecionou e modificá-los.

Portanto, para ser considerado um Analista do Comportamento sua atuação deve ser pautada nos pressupostos teóricos do Behaviorismo Radical de Skinner, compreender o ser humano como social e histórico e, estudar o comportamento, que é a relação entre organismo e ambiente (MOREIRA; HANNA, 2012; SKINNER, 2006).

Dentro da ciência da Análise do Comportamento, o conceito de acompanhamento terapêutico não é definido de maneira clara. Em um levantamento bibliográfico sobre a temática, Guerrelhas (2006, p. 34) traz um possível resumo sobre o trabalho do acompanhante terapêutico:

Pode-se resumir o acompanhamento terapêutico como uma intervenção clínica indicada em casos de déficits importantes no repertório básico de comportamentos, o que gera a necessidade de uma atenção intensiva realizada nos locais em que o cliente vive.

Porém, deve-se ressaltar que atuar no ambiente natural não é a principal definição do acompanhamento terapêutico, já que, o terapeuta analítico-comportamental pode atuar no ambiente extraconsultório dependendo da demanda clínica. Pois, por compreender que os comportamentos problemas possuem causas nas interações entre o indivíduo e o ambiente, seria necessária uma mudança no ambiente natural do cliente e não apenas no contexto clínico (CASSAS; KOVAC; MALAVAZZI, 2012; ZAMIGNANI; WIELENSKA, 1999).

### **2.2.1. Atuação do Acompanhante Terapêutico sob a ótica da Análise do Comportamento**

Sobre as práticas do acompanhante terapêutico dentro da perspectiva da Análise do Comportamento, Zamignani e Wielenska (1999), diferenciam o papel do analista e do acompanhante terapêutico. Para os autores, o terapeuta do caso deve compreender as contingências do cliente, planejar as intervenções, enquanto o acompanhante terapêutico deve obter mais informações sobre o repertório do cliente e desenvolver as atividades planejadas.

Dessa forma, é evidente a importância da estrutura das intervenções, para que sejam cuidadosamente realizadas. Além disso, os autores ressaltam que os procedimentos podem ser planejados para serem realizados em todos os ambientes, naturais ou não e, afirmam sobre a necessidade da supervisão constante da intervenção do acompanhante terapêutico (ZAMIGNANI; WIELENSKA, 1999).

Descrevendo sobre a estrutura das intervenções, Cassas, Kovac e Malavazzi (2012) definem quatro etapas da intervenção e atendimento no ambiente extraconsultório, sendo elas: (a) avaliação; (b) planejamento da intervenção; (c) intervenção e; (d) avaliação dos resultados.

Os autores definem que na etapa da avaliação encontra-se as entrevistas, observações e as primeiras hipóteses funcionais, para definir o processo terapêutico. A etapa de planejamento da intervenção envolve selecionar as técnicas e procedimentos apropriados para a condução do caso na etapa propriamente dita da intervenção. A etapa final, avaliação dos resultados, envolve a revisão dos resultados para verificar se os objetivos forem atingidos e caso contrário, refazer a hipóteses diagnóstica (CASSAS; KOVAC; MALAVAZZI; 2012),

Ademais, Londero e Pacheco (2008) investigaram os fatores que influenciam psiquiatras e psicólogos indicarem o trabalho do acompanhante terapêutico. Os resultados mostraram que esse profissional possui um papel importante na complementação da terapia, pois o acompanhante terapêutico troca informações com o terapeuta e participa de várias decisões sobre o desenvolvimento do caso. Também, ressalta-se o papel do auxílio aos familiares, promovendo orientações e facilitando o convívio entre os membros.

Contudo, Beltramello e Kienen (2017), descrevem que os estudos realizados sobre a temática do acompanhamento terapêutico indicam que as características do acompanhante são o setting ampliado, diálogo com a família e o trabalho em equipe. Porém, os autores ainda tecem críticas pois essas características “[...] não explicitam claramente o que esse profissional tem que ser capaz de fazer (seus comportamentos) e que caracterizaria essas funções nesses contextos” (p. 67).

Além disso, a literatura aponta que o acompanhamento terapêutico é exercido geralmente por estudantes ou recém-formados, relacionados às várias áreas da saúde como psicologia e psiquiatria. Como o custo de uma terapia intensiva é alto, contratar um estagiário ou recém formado seria uma opção viável, pois as expectativas salariais desses são menores. (GUERRELHAS, 2007; ZAMIGNANI; WIELENSKA, 1999).

Sobre seu preparo teórico, Zamignani e Wielenska (1999) definem algumas habilidades que são importantes para o repertório do acompanhante terapêutico, sendo essas: treinamento em observação; conhecer os conceitos básicos da Análise do Comportamento; reconhecer técnicas de entrevista; estabelecer boa relação terapêutica; entender as técnicas e aplicá-las corretamente e; ter noções básicas sobre psicofarmacologia e psicopatologia.

Ademais, Londero e Pacheco (2008) em sua pesquisa, também descrevem as falas dos participantes sobre as características e habilidades necessárias para a atuação do acompanhante terapêutico. Na subcategoria características e habilidades pessoais, os entrevistados relatam sobre a importância dos limites entre a relação do acompanhante e do cliente, para que não haja quebra nos vínculos profissionais. Já na subcategoria de conhecimentos teóricos, os entrevistados relatam sobre a importância do conhecimento clínico básico, ligados a conceitos de psicopatologia.

Sobre a relação com a equipe multiprofissional, Zamignani e Wielenska (1999) descrevem que em casos psiquiátricos é necessária uma equipe com vários especialistas das diversas áreas da saúde, como o acompanhante terapêutico. Os autores ressaltam que, dentro da perspectiva da Análise do Comportamento, a

orientação familiar é uma necessidade pois seus membros podem fazer a manutenção dos comportamentos do cliente.

Sendo assim, o acompanhante pode orientar a família, deixa-los cientes dos objetivos terapêuticos para que estes possam potencializar as intervenções nos ambientes naturais, pois

Sabemos que, para obter sucesso no tratamento, não basta alterar a topografia de uma ou mais respostas ou, ainda, colocar a sua ocorrência sob controle impreciso de estímulos; é preciso que o sujeito emita a resposta em seu ambiente natural e que este ambiente forneça as conseqüências adequadas para a manutenção do comportamento desejado (ZAMIGNANI; WIELENSKA, 1999, p. 162).

De acordo com Guerrelhas (2007), o ambiente de trabalho não deve ser um único fator para a definição do acompanhante terapêutico, mas deve considerar sua função dentro da equipe multiprofissional. Portanto, os acompanhantes trabalham em vários contextos, mas todos são subordinados a um terapeuta ou uma equipe de profissionais.

Porém, deve-se ressaltar que como não há uma regulamentação profissional sobre essa atuação, a definição ainda não é unânime e existem críticas sobre esses conceitos. Assim, Beltramello e Kienen (2017) apresentam críticas sobre a falta da operacionalização dos termos e, afirmam que essa concepção não define o fazer do acompanhante terapêutico, apenas esclarece a relação de poder entre o acompanhante e terapeuta, não considerando o acompanhante terapêutico como único analista do caso.

De forma geral, uma das características desse fazer é a relação ao seu trabalho na tríade cliente, família e equipe multiprofissional. Por compreender que os comportamentos inadequados ocorrem de uma relação entre indivíduo e ambiente, no acompanhamento terapêutico, as intervenções se estendem para as pessoas que fazem parte do entorno social do cliente (BELTRAMELLO; KIENEN, 2017; CASSAS; KOVAK; MALAVAZZI, 2012).

Em suma, o Acompanhante Terapêutico faz parte de uma equipe multiprofissional e atua em vários contextos. Além disso, sua demanda não é limitada a clientes com casos clínicos psiquiátricos graves, estende-se a pessoas com deficiência física, dependentes químicos, crianças e adolescentes com dificuldades na escolarização e até mesmo com idosos (BELTRAMELLO; KIENEN, 2017).

A literatura ainda se concentra em abordar o acompanhamento terapêutico com adultos, porém, como citado anteriormente, este trabalho também é realizado com crianças e a solicitação possui múltiplas causas (NASCIMENTO et. al., 2019). Deve-se ressaltar que o foco da atuação não está no transtorno em si, mas nas interações que ocorrem entre comportamento e ambiente.

Para auxiliar a compreensão desse raciocínio, pode-se utilizar o conceito de desenvolvimento atípico de Sturney (apud MIRA; DUARDE, 2008). Esse autor descreve que a criança com desenvolvimento atípico pode ter aparato biológico prejudicado, como pode ter aparato biológico intacto em um ambiente que não favorece o desenvolvimento ideal (apud MIRA; DUARDE, 2008).

Assim, fica evidente que não é um quadro neurológico ou uma deficiência que define a necessidade de um acompanhante terapêutico em um caso infantil. Deve-se considerar os déficits no repertório da criança, as interações que ela desenvolve com

o ambiente e se este proporciona um desenvolvimento saudável (apud MIRA; DUARDE, 2008).

### 2.3 ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO NO CONTEXTO ESCOLAR

A atuação do acompanhante terapêutico dentro do contexto escolar se faz necessária de acordo com as demandas do cliente, porém é imprescindível discutir sobre a relação dessa prática com a inclusão de crianças com deficiências e transtornos mentais dentro no ambiente escolar, considerando que historicamente foram segregadas e afastadas dos espaços de convívio social (FERRARI, 2018).

Atualmente, a escola é um dos primeiros espaços de socialização da criança, garantida por diversas leis, como a Constituição Federal e prevista como direito a todas as crianças e adolescentes pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (BRASIL, 1988, 2018; NAÇÕES UNIDAS, 2000).

Sobre a inclusão de crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais, uma diretriz fundamental está na Declaração de Salamanca que descreve o direito à educação a todas as crianças. Ou seja, crianças com ou sem necessidades educativas especiais devem ter acesso e oportunidade de inserir-se e manter-se dentro do contexto escolar (UNESCO, 1994).

Além disso, de acordo com a Constituição Federal no seu capítulo sobre Educação, Cultura e Desporto, no seu Art. 205 dispõe que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art. 205).

E, seu Art. 206 descreve que o ensino será oferecido com igualdade de acesso e permanência na escola. Assim, pode-se realizar três considerações, sendo: (a) todas as crianças possuem acesso à educação, inclusive as crianças com quadros psicopatológicos e/ou com deficiência; (b) a escola é um ambiente potencializador do desenvolvimento; e (c) além de fornecer acesso a todas as crianças, a escola deve ser capaz de oferecer meios para sua permanência (BRASIL, 1988).

No geral, essas diretrizes políticas ainda não são suficientes para descrever de maneira clara de que forma as crianças com essas necessidades estariam realmente incluídas dentro do sistema escolar. É necessário compreender que existe uma dificuldade na socialização e ensino desses indivíduos, sendo que, não podemos considerar a inclusão como apenas colocar esses sujeitos dentro do espaço escolar (BAGAILOLO; GUILHARDI; ROMANO, 2006).

Outra informação importante na Declaração de Salamanca refere-se sobre as necessidades educativas das crianças serem individuais e, que o ensino ofertado deve compreender as capacidades, características e a diversidade das necessidades das crianças. Portanto, podemos dizer que para incluir crianças com essas necessidades dentro do contexto escolar, é necessária a reflexão sobre como atender as diversas demandas desse grupo (UNESCO, 1994).

Assim, mesmo que as leis possibilitem que os alunos com necessidades educacionais especiais estejam dentro do contexto escolar, elas não garantem

esses direitos. Então, a inserção do acompanhante terapêutico dentro desse contexto pode ser uma ferramenta para a inclusão e permanência dessas crianças, facilitando interações com as pessoas desse espaço e auxiliando com adaptações curriculares (SILVA, 2013).

Como resultado de uma luta política para a inserção de pessoas com transtornos mentais e deficiências nos espaços públicos de convívio social, os acompanhantes terapêuticos estão inserindo-se dentro das escolas para acompanhar crianças que historicamente foram segregadas. Nascimento (2019) descreve que:

Nesse sentido, considerando os movimentos sociais e políticos atuais – promotores de uma escola mais inclusiva –, a grande demanda do Acompanhamento Terapêutico com crianças ocorre no âmbito escolar e, por tal motivo, hoje se fala em Acompanhamento Terapêutico Escolar (ATE) (p. 446).

Definido pelo mesmo autor, o acompanhante terapêutico escolar media o processo de inclusão escolar da criança. Dessa forma, ele atua na relação do indivíduo com outras pessoas dentro do contexto escolar, como professores, colegas e funcionários. Mas, ressalta também que, existem diferenças na prática desse profissional a depender do seu olhar teórico, já que cada teoria define o fazer do acompanhante terapêutico (NASCIMENTO, 2019).

Assim, a prática do acompanhante terapêutico sob a ótica da Análise do Comportamento deve estender-se a socialização da criança e sua inserção nesse ambiente, pois como enfatiza Silva (2013, p. 25),

Nesse sentido, o acompanhante terapêutico, no ambiente escolar, atua como mediador entre o acompanhado e todos os indivíduos da instituição, uma vez que a inclusão não se dá apenas dentro da sala de aula, mas sim em toda a extensão do ambiente escolar, objetivando a socialização da criança

Outro aspecto importante sobre a prática do acompanhante terapêutico nesse contexto é sua relação com a aprendizagem. De acordo com Skinner, “A educação é o estabelecimento de comportamentos que serão vantajosos para os indivíduos e para outros em algum tempo futuro” (SKINNER, 2003, p. 437). Assim, a escola e os professores devem planejar condições favoráveis para a aprendizagem, sem culpabilizar o aluno por um possível fracasso ou atribuir causa em um diagnóstico que este possuiu.

Infelizmente, muitos ainda atribuem causas mentais e psíquicas no fracasso escolar de crianças, porém deve-se compreender que a dificuldade em aprender está relacionada ao ambiente. Como esclarecem Henklain e Carmo:

A motivação não é intrínseca ao aluno; depende de variáveis ambientais, como o tipo da tarefa que o professor requisita, as consequências que o aluno produz com a realização da tarefa, a clareza da tarefa ou das instruções para a sua realização etc (2013, p. 712).

Os autores complementam que na perspectiva da Análise do Comportamento o ensino deve ser adaptado às necessidades individuais dos alunos. Ou seja, não deve prevalecer as necessidades da maioria dos alunos da mesma faixa etária sobre as necessidades individuais de um aluno. Por isso, é importante compreender a demanda individual, seu repertório acadêmico e o que pode ser utilizado como reforçador para si (HENKLAIN; CARMO, 2013).

Mesmo que as instituições estejam orientadas por leis e diretrizes para atender crianças com necessidades educativas especiais, ainda há críticas sobre esse trabalho, principalmente relacionado a aprendizagem dessas crianças (MATOS; BECKMAN, 2016). Sobre questões relativas ao ensino, Silva (2013) descreve que:

Em se tratando de inclusão escolar, vale salientar a necessidade de repensar o paradigma dos sistemas educacionais o qual se centra mais no conteúdo das disciplinas e nos resultados quantitativos do grupo, perdendo o foco sobre o aprendiz, desconsiderando suas potencialidades e idiosincrasias, o que tem favorecido pequena parcela de alunos (p. 23).

Dessa forma, o acompanhante terapêutico no contexto escolar pode ser uma estratégia de inclusão de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento e/ou com deficiência em um espaço onde por décadas não tiveram acesso (BATISTA; FLOR; SILVEIRA, 2017; MATOS; BECKMAN, 2016). Além disso, essa atuação pode contribuir para a aquisição de comportamentos saudáveis em ambiente natural, auxiliar o aprendizado, favorecer a permanência do aluno com desenvolvimento atípico na escola e ser um mediador entre cliente, família e escola (MIRA; DUARDE, 2008).

Porém, a falta de regulamentação dessa atuação pode gerar um trabalho feito de qualquer maneira. Além disso, são encontrados poucos materiais sobre esse trabalho para dar suporte a esse profissional. Por isso, é importante discutirmos sobre a atuação e as práticas do acompanhante terapêutico, principalmente dentro do contexto escolar (NASCIMENTO, 2018; SILVA, 2013).

### **3. METODOLOGIA DA PESQUISA**

Foi realizada uma Pesquisa Qualitativa, pois a preocupação está no aprofundamento e qualidade do que será apresentado pelos participantes (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Ademais, de acordo com os objetivos propostos a pesquisa se caracteriza como Exploratória já que,

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 2008, p. 27).

A escolha desse tipo de pesquisa se deu de modo a obter uma visão mais ampla sobre o acompanhamento terapêutico na escola. Além disso, optou-se por esse fazer devido a quantidade escassa de estudos sobre a atuação do acompanhante terapêutico no Brasil (BATISTA; FLOR; SILVEIRA, 2017; CARNEIRO, 2014; LONDERO; PACHECO, 2008; MARCO; CALAIS, 2012). Portanto, a pesquisa buscou conhecer e investigar os aspectos amplos envolvidos na atuação dentro do ambiente escolar.

Foram selecionados 6 (seis) participantes com os seguintes recortes: (a) ser acompanhante terapêutico como psicólogo ou psicólogo em formação; (b) atuar sob a ótica da análise do comportamento; (c) ter atuado no mínimo cinco meses em uma escola e; (d) atuarem na Grande Vitória. Considerando que o presente estudo possui caráter exploratório, o tipo de amostra se deu por acessibilidade ou conveniência (GIL, 2008).

A pesquisa se resguardou a cumprir com os Artigos 16 e 17 do Código de Ética do Profissional do Psicólogo, que dão diretrizes às pesquisas do psicólogo. Além disso,

respeitou a Resolução 466 de 12 de Dezembro de 2012 que aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 2005; CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012). Também, foi mantido o sigilo dos participantes ocultando suas identificações e daqueles que foram mencionados.

Os dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas, sendo esse instrumento um conjunto de questões sobre a temática onde o entrevistado pode falar livremente sobre questões e/ou assuntos que surgirem (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Os dados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo de Bardin que se organiza em três fases, sendo elas: (a) Pré-análise, que é a organização dos dados; (b) Exploração do material, momento de codificação, classificação e organização dos dados em categorias, e; (c) Tratamento dos resultados. Essa análise tem como objetivo codificar os dados a fim de organizá-los em um processo de categorização (BARDIN, 1977).

Para identificar as práticas do acompanhante terapêutico na escola foram criadas cinco categorias de análise sendo essas: (a) especificidade da atuação; (b) técnicas e procedimentos; (c) percepção sobre a atuação; (d) demandas; (e) recursos utilizados; e (f) ambiente adequado. Depois, para verificar o preparo teórico do acompanhante terapêutico que atua na escola foram criadas três categorias de análise sendo elas: (a) supervisão; (b) formação, e; (c) perfil do acompanhante indicado. Por fim, para investigar a comunicação do acompanhante terapêutico com os professores e equipe multiprofissional foram criadas três categorias de análise sendo elas: (a) interação com equipe escolar; (b) função na equipe; e (c) interação com equipe multiprofissional.

Depois, os dados foram interpretados a partir da Análise do Comportamento que é uma ciência que estuda a interação do comportamento com o ambiente e, que, explica-o como resultado de uma seleção e variação nos níveis filogenético, ontogenético e cultural (MOREIRA; HANNA, 2012; SKINNER, 2006).

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

De forma a caracterizar a amostra, foram questionados aspectos relacionados à formação, tempo de atuação como acompanhante terapêutico, tempo de atuação como acompanhante no contexto escolar e trabalho por clínica ou escola. Os dados encontram-se descritos no Quadro 1. Ressalta-se que foi ocultado o nome das escolas e clínicas para preservar as identidades dos entrevistados.

Quadro 1 – Características da Amostra

Participantes	Formação	Tempo de Atuação em AT	Tempo de atuação em AT na escola	Trabalho por clínica ou escola
AT1	Estudante	2 anos	5 a 6 meses	Clínica
AT2	Estudante	2 a 3 anos	9 meses	Clínica
AT3	Estudante	1 ano	1 ano	Clínica
AT4	Superior	2 anos	5 meses	Clínica
AT5	Estudante	7 meses	7 meses	Clínica
AT6	Estudante	9 meses	9 meses	Escola

Fonte: Elaboração própria.

Dos entrevistados, todos possuem tempo de atuação como acompanhante terapêutico menor que três anos. Em relação ao grau de formação, cinco são estudantes de psicologia e apenas um é psicólogo formado. Os resultados referentes a escolaridade e tempo de atuação corroboram com os estudos sobre esse campo de atuação estar sendo ocupado principalmente por estudantes de psicologia ou profissionais recém-formados (GUERRELHAS, 2007; ZAMIGNANI; WIELENSKA, 1999).

#### 4.1. PRÁTICAS DO ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO

Para responder o objetivo identificar as práticas do acompanhante terapêutico na escola foram criadas cinco categorias de análise sendo essas: (a) especificidade da atuação; (b) técnicas e procedimentos; (c) percepção sobre a atuação; (d) demandas; (e) recursos utilizados; e (f) ambiente adequado.

Na categoria especificidade da atuação, observa-se referência a três subcategorias sendo essas: (1) conhecer o funcionamento do espaço; (2) manejo; e (3) lidar com a equipe. Observa-se que as falas dos participantes se referem à importância de conhecer a rotina e a dinâmica escolar, lidar com o imprevisto, considerando as mudanças na rotina que acontecem no espaço, e manejos improvisados. Como observa-se em alguns trechos:

[;;;] muda o ambiente muda tudo então você precisa ter um manejo mais rápido precisa saber lidar ali com a rotina da escola que não vai ser sempre do jeito que vocês estão acostumados você e a criança (AT2, 2021).

Envolve conhecer a rotina escolar, conhecer a dinâmica da escola, conhecer as regras para os funcionários da escola que você vai tá seguindo mas isso também vale para outros contextos né de conhecer o funcionamento de cada espaço (AT4, 2021).

Para Skinner, comportamentos são resultados de uma interação entre o indivíduo e seu ambiente, por isso, para modificar o comportamento é necessário modificar seu entorno social. Além disso, uma das etapas importantes para uma intervenção analítico-comportamental é a avaliação, onde identificam-se as variáveis que são prováveis do comportamento ser função para depois elaborar uma intervenção eficaz considerando todo o contexto (CASSAS; KOVAC; MALAVAZZI, 2012; MIRA; DUARDE, 2008).

Por isso, é importante conhecer o funcionamento de cada ambiente onde o indivíduo circula, ou seja, é necessário compreender a rotina, as regras do local, as pessoas que se relacionam com o aprendiz para propiciar mudanças no comportamento da criança acompanhada (CASSAS; KOVAC; MALAVAZZI, 2012; MIRA; DUARDE, 2008).

Na categoria técnicas e procedimentos foram criadas duas subcategorias sendo elas: (1) procedimentos de ensino; e (2) conceitos básicos. Dessa forma, os participantes relataram que aplicam os programas elaborados a partir de uma avaliação comportamental, citam treinos e procedimentos de ensino como Treino de Habilidades Sociais e Treino de Lavar as Mãos e, descrevem alguns conceitos básicos da Análise do Comportamento como reforçamento e extinção, assim como no trecho abaixo:

Eu tinha o programa, né, que é o VBMAPP, que ele era desenvolvido para o ambiente escolar. Então aplicava ele quando dava. Tentava fazer da

maneira mais naturalista, mas ele tinha os procedimentos para ser seguidos (AT1, 2021).

Bagaiolo, Guilhardi e Romano (2006) corroboram com esse resultado quando afirmam que a inclusão de crianças dentro do contexto escolar na perspectiva da Análise do Comportamento vai além da inserção dessas nesse ambiente. Ademais, os autores descrevem um modelo para a inclusão em cinco passos, onde o primeiro é a intervenção comportamental individualizada baseada na Análise do Comportamento Aplicada.

Dessa forma, “A partir da avaliação comportamental o terapeuta pode estabelecer objetivos e metas a serem alcançadas com cada criança. Para tanto, é desenvolvido, para cada comportamento-alvo, um Programa de ensino específico” (BAGAIOLO; GUILHARDI; ROMANO, 2006, p. 384). Assim, o acompanhante terapêutico é treinado para aplicar os programas de ensino individualizados no contexto escolar e generalizar os comportamentos aprendidos em ambiente clínico.

Apenas um dos entrevistados que quando perguntado sobre uso de técnicas e/ou procedimentos revela não fazer uso, pois ele diz que “[...] o que a gente faz lá, pelo menos no colégio, eu não vejo nada como terapêutico. A gente tá mais para um estagiário de pedagogia só que a com blusinha de psicologia” (AT6, 2021).

Pode-se inferir que uma das causas na dificuldade em descrever técnicas e procedimentos utilizados é a falta da regulamentação do acompanhamento terapêutico. Pela indefinição dessa atuação, verificar a qualidade da prestação dos serviços é uma tarefa complicada, considerando que não há uma delimitação clara das práticas desse profissional (BELTRAMELLO; KIENEN, 2017).

Já na categoria percepção sobre a atuação foram ordenadas duas subcategorias sendo elas: (1) aspectos positivos; e (2) aspectos negativos. Os entrevistados declaram uma visão positiva sobre o trabalho, relacionando essa ocupação como essencial, boa e importante, principalmente para o desenvolvimento e inclusão da criança naquele espaço, assim como no trecho:

Eu percebo que é uma atuação importante, que é fundamental que tenha alguns critérios a serem seguidos O primeiro é, qual o objetivo do acompanhante terapêutico lá, que é ensino de habilidade relacionados aquele contexto e com objetivo de tornar a criança independente [...] (AT4, 2021)

Apenas um participante apontou aspecto negativo na atuação, porém relacionando-o como suas práticas eram vistas por outros profissionais como no trecho “Muito ruim, acho que não é bem visto pela equipe pedagógica [...] você tem que meio que conquistar esse espaço e eu acho isso um absurdo porque você não tá lá para conquistar nada” (AT1, 2021).

Compreende-se que mesmo com as leis e diretrizes sobre a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na escola, elas não são capazes de solucionar os problemas da matrícula e permanência desses alunos. Como descreve Silva (2013, p. 22),

Em se tratando da atuação do acompanhante terapêutico no ambiente escolar ele é um recurso clínico que está em ascensão principalmente na rede particular de ensino, propiciando a inclusão de crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, distúrbios globais do desenvolvimento.

Na categoria demandas foram criadas cinco subcategorias sendo elas: (1) brincar; (2) pedagógico; (3) socialização; (4) comportamentos inadequados; e (5) seguir regras. Os entrevistados relatam muitas demandas relacionadas ao brincar, como brincar social e brincar funcional. Além disso, também abordaram sobre a importância do profissional no processo de ensino da criança. Como podemos observar nos trechos de três entrevistas:

E a questão de brincar funcional não é uma coisa que eu faço muito, porque é mais no recreio. As demandas são mais psicopedagógicas e de interação social, de habilidades sociais. Mas também tem área de brincar funcional sim, que a gente pega alguns brinquedos da clínica e aí a gente faz os treinos com ela no recreio (AT3, 2021).

[...] a criança que eu acompanho ela tem muita, muita, muita dificuldade nessa parte da socialização. Então acaba que o foco é muito mesmo de tentar fazer com que ele brinque com outras crianças e com que ele se aproxime, né. Até mesmo se aproximar às vezes é muito complicado (AT5, 2021).

Problemas de comportamentos, todos. Tanto agressivos quanto não conseguir seguir as regras da escola. Ficar sentado, por exemplo. Querer ir embora no horário certo das atividades, né, assim que acabar. E também os problemas acadêmicos pedagógicos que não acompanha o nível das outras crianças que tem a idade dele, então precisava de uma intervenção maior (AT2, 2021).

Deve-se compreender que a falta de recursos para atender as crianças com desenvolvimento neuroatípico na escola faz com que o acompanhante terapêutico seja solicitado, tanto para auxiliar nas atividades acadêmicas quanto para aumentar a socialização da criança naquele contexto (LONDERO; PACHECO, 2008).

Por isso, na literatura consultada, as demandas geralmente estão focadas na socialização e nas atividades pedagógicas, porém, compreendendo que o trabalho dentro da Análise do Comportamento tem como objeto de estudo o comportamento, outras demandas podem aparecer como déficit no comportamento de brincar funcional e comportamentos heterolesivos (BAGAILOLO; GUILHARDI; ROMANO, 2006; LONDERO; PACHECO, 2008 SILVA, 2013).

Na categoria recursos foram organizadas duas subcategorias sendo essas: (1) função de reforçador; e (2) recursos para ensino. De forma geral, os participantes relatam fazer uso de recursos lúdicos, sendo esses materiais diversos como plastificados, brinquedos e jogos. Os recursos possuem várias funções como reforçar comportamentos desejáveis, ensinar novos comportamentos e adaptar materiais da escola.

Assim, podemos inferir que no processo de aprendizado, os profissionais podem fazer uso de itens reforçadores. Portanto, Skinner descreve sobre reforço dizendo que

[...] Observamos a frequência de uma resposta selecionada, depois tornamos um evento a ela contingente e observamos qualquer mudança na frequência. Se houver mudanças, classificamos como reforçador para o organismo sob as condições existentes (SKINNER, 2003, p. 80)

Além disso, Skinner (2003) pontua sobre a diferença entre reforço positivo e negativo, descrevendo que são chamados de reforços positivos a apresentação de estímulos à situação. Nesse contexto, brinquedos e jogos podem ser reforçadores positivos para a aquisição de comportamentos desejáveis ou para aumentar a frequência de comportamentos escassos das crianças acompanhadas. Em

contrapartida, a escola geralmente utiliza reforçadores como notas boas, diplomas e medalhas, geralmente relacionados à aprovação social.

Também, alguns recursos lúdicos podem ser utilizados para adaptação curricular, já que cada aluno aprende de uma forma diferente (HENKLAIN; CARMO, 2013). De acordo com Silva (2013), essas adaptações podem ser físicas em relação ao espaço da escola, no currículo, ajustando-o para que seja mais compreensível para a criança, e nas formas de avaliar seu aprendizado.

Por fim, na categoria ambiente de atuação foram criadas duas subcategorias sendo elas: (1) limitações; e (2) adequação. Como podemos observar nos trechos:

Eles não dão as condições necessárias, a gente tem que se virar com pouco que eles dão. Então por diversas vezes você não consegue realizar seu trabalho do jeito que deveria porque tem regras na escola que devem ser seguidas independente de quem seja (AT1, 2021).

No início era mais difícil porque eles não entendiam muito bem do que se tratava como é que, porque eu fazia o que eu fazia... Sempre tem esse momento de se adequar ao novo at, mas com o tempo que eles foram percebendo que o que eu fazia dava certo, do jeito que explicava o motivo, as evidências que tinham por trás daquilo que eu fazia eles começaram a entender essa questão. E eles me ajudam demais, então é um ambiente bastante agradável. Qualquer coisa que eu preciso a gente resolve com conversa (AT3, 2021).

Assim, os entrevistados teceram críticas sobre a estrutura nos ambientes de atuação, apontando limitações referentes às adaptações estruturais, regras desnecessárias, falta de conhecimento de outros profissionais do ambiente sobre o seu trabalho e os limites que a escola coloca sobre sua atuação. Mas, houve críticas positivas em relação a disposição da escola em aceitar adaptações e variedades de recursos disponíveis para o trabalho do acompanhante terapêutico.

Sobre as adaptações, Bagaiolo, Guilhardi e Romano (2006, p. 389) descrevem que:

[...] o terapeuta também deve planejar, juntamente com os profissionais que trabalham na escola, mudanças no próprio ambiente físico da escola, em seus materiais e em outros estímulos que lá são usados, de maneira que a criança tenha maior probabilidade de responder corretamente, tal como observado no atendimento Individualizado.

Compreende-se que o espaço escolar ainda é um desafio para a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais, com dificuldade em oferecer acompanhamento individual as crianças, salas de aula lotadas e outros problemas relacionados à estrutura do espaço (MATOS; BECKMAN, 2016).

## 4.2 PREPARO TEÓRICO

Para responder o objetivo verificar o preparo teórico do acompanhante terapêutico que atua na escola, foram criadas três categorias de análise sendo elas: (a) supervisão; (b) formação; e (c) perfil do acompanhante indicado.

Na categoria supervisão, quase todas as respostas se referiam a orientação da atuação ser realizada por um profissional como supervisor, psicólogo ou mestre em análise do comportamento. Porém, um dos entrevistados faz uma crítica em relação a supervisão quando diz que

A gente tem abre aspas supervisão fecha aspas de uma psicopedagoga muito boa por sinal, mas eu não diria que a culpa seja dela, dessa falta de

supervisão, eu diria que a culpa é do sistema porque só tem ela lá (AT6, 2021)

É importante ressaltar que pela literatura, a supervisão com um analista do comportamento é fundamental para a prática do acompanhante terapêutico. Esse profissional que vai criar toda a intervenção para que o acompanhante possa aplicá-la nos diversos ambientes naturais do aprendiz (ZAMIGNANI; WIELENSKA, 1999). Por isso, o supervisor deve ter conhecimento sobre o caso e bastante conhecimento teórico para orientar de forma efetiva o acompanhante terapêutico.

Na categoria formação foram criadas três subcategorias sendo elas: (1) cursos; (2) supervisão; e (3) treinamento. Assim, os entrevistados descrevem que para atuarem como acompanhantes terapêuticos eles participaram de cursos específicos na área, supervisões e treinamento de equipes. Como pode-se observar no trecho abaixo:

Só o curso da graduação que tem as disciplinas de análise do comportamento, de necessidades especiais, aí fala bastante sobre autismo [...] palestras sobre intervenção em autismo que eu participei, não é bem uma formação mas é uma informação a mais. E agora eu estou cursando Curso de Aplicadores em ABA. Eu ainda não concluí mais estou cursando [...] e tem o treino de equipe, obviamente (AT5, 2021).

A formação do acompanhante terapêutico é necessária mesmo que ele seja um iniciante dentro dessa atuação, pois ele precisa ser treinado e adquirir habilidades para atuar em diversos ambientes naturais (GUERRELHAS, 2006). Por isso, é importante que ele faça cursos, especializações, participe das reuniões e treinamentos de equipe, já que essas são algumas formas de aquisição de conhecimento sobre esse fazer.

Finalmente, na categoria perfil do acompanhante indicado foram criadas três subcategorias sendo elas: (1) formação; (2) graduação; e (3) características do acompanhamento. Assim, os participantes da pesquisa abordaram sobre a importância do acompanhante estar em formação com cursos, treinamentos e supervisões. Ademais, alguns limitam a prática a estudantes e/ou psicólogos e voltados para a atuação sob a ótica da Análise do Comportamento. Em relação à característica do acompanhamento, um entrevistado citou sobre a necessidade de saber trabalhar em equipe:

Então, para mim, estudantes de psicologia que estude análise do comportamento e não só, sabe, tipo, gosto um pouquinho e nunca mais vai estudar. Isso para mim não é nada. Estudantes de psicologia que gostem e estudem assiduamente análise do comportamento para ter uma prática baseada nas evidências que norteiam a nossa área. Eu acho que é basicamente isso e, saber trabalhar em equipe, porque a equipe é uma parte fundamental do trabalho do at na escola (AT3, 2021).

De acordo com Zamignani e Wielenska (1999, p. 60) “A intervenção in loco exige um repertório clínico bastante sofisticado, o que implica a necessidade de revisão do currículo mínimo que qualifique alguém para o exercício desta atividade”. A formação da pessoa que trabalha no ambiente natural do cliente deve ser presente para garantir o efetivo trabalho dentro da Análise do Comportamento.

Além disso, a Análise do Comportamento possui eficácia no trabalho com pessoas com desenvolvimento neuroatípico, mas se faz necessário conhecer suas técnicas e sua forma de aplicação para evitar erros teóricos e práticos. Uma formação que contemple a base teórica e prática dessa ciência é crucial para os profissionais que

trabalham dentro desse contexto (BAGAILOLO; GUILHARDI; ROMANO, 2006; ZAMIGNANI; WIELENSKA, 1999).

#### 4.3. COMUNICAÇÃO COM A EQUIPE

Para alcançar o objetivo investigar a comunicação do acompanhante terapêutico com os professores e equipe multiprofissional foram criadas três categorias sendo elas: (a) interação com equipe escolar; (b) função na equipe; e (c) interação com equipe multiprofissional.

Na categoria interação com equipe escolar foram criadas duas subcategorias sendo elas: (1) aspectos positivos; e (2) aspectos negativos. As descrições dos participantes na subcategoria positiva são relacionadas aos relacionamentos positivos com educadores. Na subcategoria negativa, os acompanhantes descrevem que possuem uma relação ruim com a direção da escola e dificuldades na compreensão do seu trabalho pela equipe pedagógica. Como podemos observar no trecho “[...] tem algumas coisas aí que é normal né que eles não entendem porque eu faço tão diferente do que eles fazem” (AT3, 2021).

Windholz descreve algumas condições necessárias para a intervenção do acompanhante terapêutico dentro do contexto escolar, sendo importante destacar duas delas. A primeira diz respeito à permissão da entrada desse profissional no contexto escolar e, a segunda refere-se ao bom relacionamento entre esse profissional e a equipe pedagógica (apud MIRA; DUARDE, 2008).

Podemos observar que mais do que entrar no ambiente e ter um bom relacionamento com os profissionais da educação, é importante que a escola coopere com o trabalho do acompanhante terapêutico, pois:

[...] é necessário que todas as pessoas que convivem com a criança tenham a mesma conduta na ocorrência do “comportamento problema”, isto é propiciar uma interação criança e ambiente consistente e coerente (WINDHOLZ apud MIRA; DUARDE, 2008, p.152).

Os autores Bagaiolo, Guilhardi e Romano (2006) possuem uma postura mais enfática quando afirmam sobre a necessidade das pessoas que lidam com a criança reunirem-se para dialogar sobre a situação dela, analisando metas e realizando possíveis adaptações no currículo.

Na categoria função na equipe foram criadas duas subcategorias sendo elas: (1) mediação; e (2) terapêutica. Assim, os entrevistados descrevem que suas funções dentro da equipe direcionam-se para a aplicação de programas e generalização de procedimentos, o que envolve mediar as relações entre cliente, equipe escolar e equipe multiprofissional, como podemos observar nos trechos a seguir:

Eu acho que a minha função gira em torno disso, de intermediar as relações. Eu acho que a minha função é acrescentado nas intervenções, né. Levar elas para fora do ambiente controlado, né. Como eu tinha falado antes, também de generalizar alguns comportamentos que a criança adquire (AT5, 2021).

A minha função é aplicar os treinos tanto pedagógicos quanto comportamentais que a minha supervisora me passa, uma psicóloga, né. Então eu sou aplicadora e, a gente é basicamente isso. Participa das reuniões com ela para a gente alinhar o que está sendo feito com a parte teórica, né, que não pode faltar. Mas é basicamente isso (AT3, 2021).

A literatura sobre esse tema corrobora com esse resultado quando diz que é tarefa do acompanhante terapêutico desenvolver as atividades terapêuticas planejadas pelo analista, fazer a manutenção dos comportamentos aprendidos e generalizá-los. Além disso, esse profissional possui importância na mediação entre cliente, família e equipe multiprofissional e, se tratando do contexto escolar, estende-se a equipe pedagógica (BELTRAMELLO; KIENEN, 2017; MIRA; DUARDE, 2008; ZAMIGNANI; WIELENSKA, 1999).

Também, é importante que o trabalho faça com que a criança alcance a independência nas suas relações sociais e no seu aprendizado (BAGAILOLO; GUILHARDI; ROMANO, 2006), como podemos observar no discurso de um dos acompanhantes:

[...] o fato de um cliente conseguir ir ao banheiro sozinho pode trazer muita felicidade, querendo ou não isso traz muito bem estar e saúde mental. Então, se eu consigo realizar isso por ele, consigo fazer ele conseguir essa habilidade, eu acredito que assim eu estou ajudando ele na saúde mental (AT1, 2021).

Por último, na categoria relação com equipe multiprofissional a maioria dos entrevistados descreve uma boa relação, abordando sobre comunicação constante, relação aberta e reuniões. Apenas um entrevistado é contrário aos relatos anteriores quando diz que “[...] mas multiprofissional em relação a psicologia não tem” (AT6, 2021).

Por isso, é necessário salientar que os profissionais da equipe multiprofissional estejam em constante contato com o acompanhante terapêutico, dessa forma a intervenção se torna mais eficaz e todos identificam os procedimentos adotados. Essa é uma necessidade já que o acompanhante é direcionado por um analista responsável pelo caso ou por uma equipe multiprofissional (ZAMIGNANI; WIELENSKA, 1999).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreende-se que o acompanhamento terapêutico dentro da Análise do Comportamento é importante para mediar as relações entre o cliente, família e equipe multiprofissional e colabora com a generalização dos comportamentos aprendidos em ambiente estruturado. Assim, é necessária a presença de acompanhantes terapêuticos no contexto escolar para auxiliar a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais nesse espaço.

Sobre a prática do acompanhante terapêutico no contexto escolar, foram evidenciadas que as demandas relativas as crianças atendidas são múltiplas e vão de acordo com cada criança, por isso foram encontradas dificuldades no brincar funcional e problemas de comportamentos, como comportamentos agressivos. Além disso, observa-se que há dificuldade no trabalho do acompanhante dentro desse espaço, em relação à estrutura e regras que parecem inflexíveis.

Também, é evidente que, de forma geral, os participantes estão buscando formação adequada para atuar nesse ambiente, e consideram o conhecimento da Análise do Comportamento como um fator essencial para essa prática. Ademais, em relação à interação com a equipe pedagógica, os profissionais relatam dificuldades na comunicação e condução conjunta dos casos, apontando contradições teóricas. E,

com a equipe multiprofissional os participantes descrevem boas interações, o que é imprescindível para o desenvolvimento dos casos.

Ressalta-se que essa atuação não possui uma regulamentação no Brasil, por isso não há uma definição clara do que esse profissional deve ser capaz de fazer, contribuindo para dificuldades da sua inserção em alguns espaços. Assim, é urgente a regulamentação do acompanhamento terapêutico para orientar acompanhantes, equipe pedagógica e multiprofissional, esclarecendo e delimitando suas práticas.

Portanto, essa pesquisa é necessária para obter mais conhecimento sobre a atuação desse profissional no ambiente escolar, compreendendo que há pouca literatura relacionada ao tema. Evidencia-se a necessidade de realização de pesquisas sobre a atuação do acompanhante terapêutico no ambiente escolar, as diferenças na atuação dos profissionais que trabalham por uma clínica e escolas e percepção de educadores sobre o trabalho do acompanhante terapêutico.

## REFERÊNCIAS

AYUB, P. Do amigo qualificado ao acompanhante terapêutico. **Infanto – Rev. Neuropsiq. Da Inf. e Adolesc.**, São Paulo, vol. 4, n. 2, p. 37-40, 1996. Disponível em: < [http://www.psiquiatriainfantil.com.br/revista/edicoes/ed\\_04\\_2/in\\_10\\_08.pdf](http://www.psiquiatriainfantil.com.br/revista/edicoes/ed_04_2/in_10_08.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2021.

BAGAILOLO, L.; GUILHARDI, C.; ROMANO, C. Inclusão escolar sob a perspectiva da Análise do Comportamento. **Sobre Comportamento e Cognição**, Santo André, SP: ARBytes, v. 17, p. 380-392, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, A. L.; FLOR, T. C.; SILVEIRA, R. W. M. da. Saberes e práticas do acompanhamento terapêutico com crianças: uma revisão bibliográfica. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 55-62, 2017. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672017000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BELTRAMELLO, Otávio e KIENENN, Nádia. Acompanhamento Terapêutico e Análise do Comportamento: Avanços e problemáticas nas definições deste fazer. **Perspectivas [online]**, vol.8, n.1, p. 61-78, 2017. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S2177-35482017000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2177-35482017000100006&lng=pt&nrm=iso)>: Acesso em: 7 jun. 2021.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, 2005. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 105/2019. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88\\_EC105\\_livro.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

Disponível em:

<[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544281/estatuto\\_da\\_crianca\\_e\\_do\\_adolescente\\_2ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544281/estatuto_da_crianca_e_do_adolescente_2ed.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2021.

CARNEIRO, F. A. G. Habilidades pré-requisitos indicadas para a atuação do acompanhante terapêutico na perspectiva analítico-comportamental. **Rev. Transformações em Psicologia**, São Paulo, vol. 5, n. 1, p. 1-26, 2014. Disponível em: <[https://www.ip.usp.br/site/wp-content/uploads/2018/09/6%C2%AA\\_Ed.\\_Artigo\\_2\\_-\\_Habilidades\\_pr%C3%A9-requisitos\\_AC\\_e\\_AT.pdf](https://www.ip.usp.br/site/wp-content/uploads/2018/09/6%C2%AA_Ed._Artigo_2_-_Habilidades_pr%C3%A9-requisitos_AC_e_AT.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2021.

CASSAS, F. A.; KOVAC, R.; MALAVAZZIO, D. M. O atendimento em ambiente extraconsultório: a prática do acompanhamento terapêutico. In: BORGES, Nicodemos B.; CASSAS, Fernando A. **Clínica analítico-comportamental: aspectos teóricos e práticos**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2012. p. 270-276.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/comitedeetica/wp-content/uploads/sites/80/2008/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-466-12.pdf>>. Acesso em 24 jun. 2021.

FERRARI, M. G. Bases históricas e bases legais da educação especial e da educação inclusiva. In: ROGÉRIO, D; ARAÚJO, M. P. M (Org.). **Educação especial e educação inclusiva: teoria, pesquisa e prática**. São Carlos, SP: Pedro & João editores, 2018. p. 31-45

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre, RS: Editora UFRGS, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

GUERRELHAS, F.. Quem é o acompanhante terapêutico: história e contextualização. In: ZAMIGNANI, D. R.; KOVAC, R.; VERMES, J. S. **A clínica de portas abertas**. São Paulo: Paradigma/ESETec, 2007. p. 33-46.

HENKLAIN, M. H. O.; CARMO, J. dos S. Contribuições da análise do comportamento à educação: um convite ao diálogo. **Cadernos de Pesquisa [online]**, v. 43, n. 149, p. 704-723, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200016>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

LONDERO, I.; PACHECO, J. T. B. Por que encaminhar ao acompanhante terapêutico? Uma discussão considerando a perspectiva de psicólogos e psiquiatras. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 259-267, 2006. Disponível em: <

O%20trabalho%20do%20acompanhante%20terap%C3%AAAutico,que%20o%20paci ente%20est%C3%A1%20inserido>. Acesso em: 7 jun 2021.

MARCO, Mariana Nunes da Costa; CALAIS, Sandra Leal. Acompanhante terapêutico: caracterização da prática profissional na perspectiva da análise do comportamento. **Rev. bras. ter. comport. cogn.**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 4-18, 2012. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-55452012000300002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452012000300002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 jun. 2021.

MARTIN, Garry; PEAR, Joseph. **Modificação do comportamento: o que é e como fazer**. 10 ed. Rio de Janeiro: Editora Roca, 2018.

MATOS, P. G. S.; BECKMAN, M. V. A Educação Inclusiva no Contexto da Política Nacional da Educação Especial: Atuação e Compromisso da Psicologia Escolar. In: MATOS, D. C de. **Análise do comportamento aplicada ao desenvolvimento atípico**. São Luís: UNICEUMA, 2016. p. 201-229.

MIRA, V. A. de.; DUARDE, V. R. O acompanhamento terapêutico de crianças com desenvolvimento atípico. In: LONDERO, I. **Acompanhamento Terapêutico: teoria e técnica na terapia comportamental e cognitivo-comportamental**. São Paulo: Santos, 2010. p. 147-158.

MOREIRA, M. B.; HANNA, E. S. Bases filosóficas e noção de ciência em análise do comportamento. In: HÜBNER, M. M. C.; MOREIRA, M. B. (Org.). **Temas clássicos da psicologia sob a ótica da análise do comportamento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. p. 1-19.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. UNIC, Rio, 005. Dez. 2000. Disponível em: <[http://www.redeblh.fiocruz.br/media/decl\\_d\\_human.pdf](http://www.redeblh.fiocruz.br/media/decl_d_human.pdf)> . Acesso em: 18 nov. 2021.

NASCIMENTO, V. G. et al. Acompanhamento Terapêutico Escolar: uma atuação caracterizada pelo “entre”. **Estilos da Clínica**, v. 24, n. 3, p. 445-457, 2019. Disponível em<<https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/144142>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

NETO, C.: BENTES, M. Análise do comportamento: behaviorismo radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento. **Interação psicol**, v. 1, n. 6, p. 13-18, 2002. Disponível em:<<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-406708>>. Acesso em: 25 mai. 2021

SILVA, C. L. de C. **Uma revisão da literatura brasileira acerca do acompanhante terapêutico em uma abordagem analítico-comportamental**. 2003. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Terapia Analítico-Comportamental Infantil) – Instituto Brasiliense de Análise do Comportamento, Brasília, 2013

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. Trad. João Carolos Torodov. 11 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SKINNER, B. F. **Sobre o behaviorismo**. Trad. Maria da Penha Villalobos. 10 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, Espanha: UNESCO, 1994. 49 p. Disponível em: <[https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao\\_Salamanca.pdf](https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2021.

ZAMIGNANI, D. R. WIELENSKA, R. C. Redefinindo o papel do acompanhamento terapêutico. In: KERBAUY, R. R.; WIELENSKA, R. C. **Sobre Comportamento e Cognição**. Santo André, SP: ARBytes. v. 4. p. 164-172, 1999.